

OFICINAS DE MUHIPITI

planeamento estratégico
património
desenvolvimento

organização:
Walter Rossa
Nuno Lopes
Nuno Simão Gonçalves



INTRODUÇÃO

Walter Rossa



1. A UNIVERSIDADE FOI À ILHA. TERÁ FICADO?

As *oficinas* foram, necessariamente, o motor da ação que levou à produção deste livro. Não faz sentido repetir aqui o que foi registado nos dois textos de apresentação (dos organizadores e dos responsáveis da UniLúrio) sobre o que levou à sua estruturação e montagem, bem como o objetivo estratégico geral do projeto que, contudo, se resume à expressão simples do seu título, mas que agora reformulo para mais o reforçar: *potenciar a riqueza do património cultural da Ilha de Moçambique de forma a proporcionar uma boa vida aos seus cidadãos e, por isso mesmo, dotar esse ativo estratégico de sustentabilidade e resiliência.*

Há, felizmente, mas em abstrato, diversas formas de trabalhar nesse sentido. Algumas já foram ensaiadas com um sucesso rarefeito, outras continuam por utilizar. Nós, acadêmicos, perante um estímulo acadêmico — como a instalação da universidade na Ilha — só podemos reagir com propriedade dentro dos recursos da academia, que são os professores, os investigadores e os alunos. Sabemos à partida das limitações, mas também, conforme a experiência tem vindo a demonstrar, que qualquer processo de transformação como o aqui esperado resulta de diversas ações provindas de variadas origens, sendo mais importante a sua conjugação e integração, que uma sempre utópica qualidade absoluta de cada uma delas. O que produzimos é, assim, um entre vários contributos necessários, incluindo outros que a mesma academia está a produzir e dos quais se deu conta no texto de apresentação deste livro. Foi com tudo isso presente que abraçámos a tarefa de *levar a*

universidade à Ilha. Não a universidade que há pouco lá se instalou com dois cursos numa faculdade, mas a universidade no seu sentido mais abrangente, como conjunto de indivíduos de diversas formações e interesses, de diversas origens e cruzamentos, todos prontamente imersos na Ilha, trabalhando entre o terreno e num espaço aberto à comunidade e aos seus agentes, para num tempo extremamente curto poderem dar respostas que indiquem caminhos, não tanto soluções ou fazer projetos que assim nunca o seriam. E depois continuarem a pensar no assunto, do que a melhor prova é, precisamente, este livro, assim como a exposição e o documentário que acompanharão o seu lançamento.



Não era uma experiência nova para todos nós pois, entre outros, eu próprio já participei em vários *workshops* deste género, tendo coorganizado um em Arzila (Marrocos) e dois em Cabo Verde (Mindelo e Santa Maria), sendo que de um dos últimos também resultou uma publicação. Todavia, nenhum deles tinha as condições de enraizamento da universidade que este teve e tem. Também em nenhum deles foram tão claramente assumidos os princípios de *ciência aberta* e *ensino aberto*.



A fórmula metodológica consistiu na criação de 6 equipas de trabalho, *oficinas*, cada uma responsável por uma tarefa específica com ligações sinérgicas aos outros, asseguradas no programa por vários momentos de cruzamento, pela realização do trabalho num só espaço e, claro, pela coordenação e especialistas convidados. Cada oficina foi integrada por 2 a 3 alunos dos anos finais de graduação de cada um dos cursos de arquitetura das universidades de Lúrio e de Coimbra, e por um professor ou, pelo menos, doutorado, com formações disciplinares diversas, de cada universidade (arquitetos, historiadores, geógrafos, urbanistas), que coordenaram a respetiva oficina.

O potencial obstáculo da falta de vínculos e hábitos de trabalho anteriores entre os 49 participantes, ou os 7 a 8 membros de cada equipa, constituiu-se numa vantagem pelo ritmo imposto pelo apertado calendário (e, diga-se, saudável concorrência implícita) de pontos de situação abertos à participação pública, e pela determinação de uma exposição final de síntese. Tudo isso pressionou a superação de eventuais divergências e a criação de um fantástico ambiente de trabalho. Por outras palavras, com apenas 9 dias completos para cumprir as tarefas, não houve tempo para conflitos ou expressões de idiosincrasias.

Foram cruciais:

- i) a preparação meticulosa da logística e da acessibilidade de materiais, suportes e ferramentas;
- ii) a montagem gradual e coerente de uma imagem de marca para o evento, o que agora se propõe continuar a fazer para a Ilha, acabando por corporizar, pós-evento, mais um tema-oficina;
- iii) a disponibilização de todo o tipo de dados sobre as questões abordadas por todas as oficinas;
- iv) um texto de encomenda da *missão* conciso e claro (que aqui também publicamos) sobre o desafio colocado a cada oficina, lançado e discutido com antecedência por todos os participantes;
- v) o conjunto de conferências proferidas por especialistas moçambicanos, sempre com foco na Ilha, sobre questões como planos de conservação e gestão de património, gestão de meio ambiente e resíduos, arqueologia subaquática, caracterização sociológica e desafios;
- vi) o trabalho de campo (onde a interação com as comunidades, além de muito produtivo, foi humanamente compensador), complementado por visitas públicas e acesos debates em pontos de situação abertos a todos.

Foi ainda relevante a explicação sobre as ações realizadas pela Cooperação Portuguesa com a UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa) no âmbito do projeto *Cluster da Cooperação Portuguesa para Moçambique*, lançado em 2009. Outros dois aspetos que também contribuíram de forma sensível para a criação do profícuo ambiente de

trabalho entre os professores e alunos, convidados e a população, foram: a montagem das duas maquetas (agora em exposição no CEDIM) ao longo do evento e no seio do espaço onde decorreu, o que está bem patente nas fotografias das sessões públicas, pois todas tiveram lugar em torno dessas, também, *oficinas*; a realização de quase todas as refeições em comum no pátio do edifício de trabalho, a Casa Girassol.

Conforme já inicialmente registado e profusamente ilustrado ao longo do livro, o *Oficinas* terminou em festa, com a abertura da *exposição provisória de resultados* num fim de tarde e, na manhã seguinte, uma regata de *dhows* (barcos tradicionais), ambos momentos com expressivo envolvimento de habitantes da região e da Ilha. Construir confiança pública entre os agentes e a população, e desenvolver a autoestima é difícil, leva muito tempo e exige persistência.



Com efeito, percebemos e estabelecemos desde o início que seria muito importante, não só envolver a população tanto quanto possível, mas também dar-lhes algo de concreto, um sinal de que realmente não estávamos lá apenas para perguntar coisas, invadir a privacidade dos seus lares, pensamentos e desejos, para lhes dizer o que eles deveriam fazer (na verdade, principalmente o que não convém fazerem), como muitos outros fizeram durante as últimas décadas, com igual boa vontade e, provavelmente, maiores competências em políticas patrimoniais. Porém, no final, a população geralmente mantém a ideia de que, para esses especialistas, o patrimônio é mais importante do que eles, um resultado e uma imagem de uma academia distante que, definitivamente, queremos evitar.

Por tudo isso, tendo em conta o desafio da UniLúrio de dar vida ao CEDIM, criado em 2011 e ainda em estado embrionário, e percebendo que será uma tarefa ciclópica implementar o objetivo inicial de nele montar uma biblioteca e arquivo de cópias físico e útil, foi decidido enquadrá-lo não apenas como uma base de dados virtual, mas também como plataforma operacional de diálogo entre a UniLúrio, a população e os agentes públicos. Por outras palavras, o CEDIM deve tornar-se a plataforma de *investigação & desenvolvimento* de serviços e transferências de conhecimento entre a UniLúrio e a Ilha. O primeiro passo foi capacitá-lo como destino e repositório dos resultados do *Oficinas* e continuidade dos respetivos trabalhos.

Não pode, porém, estabelecer-se qualquer confusão entre esses resultados e a consubstanciação de uma premente estratégia de conservação patrimonial, de gestão ou de outros planos e regulamentos para a Ilha, que somente os órgãos públicos governamentais, regionais ou municipais podem e têm competências para desenvolver e implementar (ver os três primeiros textos da parte MUHIPITI). Não é uma competência da universidade, mas esta pode empreender, especulativamente, simulação e estímulo, e disponibilizar os seus resultados para discussão e integração nas soluções institucionais já avançadas. Isso e, claro, no âmbito da sua progressiva implantação na Ilha, a UniLúrio pode pautar a sua ação pelo pensamento que ela própria vai desenvolvendo e confrontando com a opinião pública e institucional. Apontar e trilhar de alguns *caminhos*...

2. OFICINA A OFICINA



Uma vez clarificado o contexto teórico, prático e institucional cabalmente apresentado até aqui, caberá agora ao leitor apreciar os resultados alcançados pelo *Oficinas, oficina a oficina*. Nesse sentido, acrescento ainda algumas breves notas, muito em função da *missão* inicialmente distribuída a cada um, cujo texto é publicado em caixa própria no início de cada um dos relatórios elaborados pelos respectivos professores-coordenadores. Ficamos, assim, dotados de condições para a avaliação das respostas em função das encomendas, incluindo os incontornáveis e, por vezes, bem-vindos desvios, catalisados pela realidade concreta dos objetos e limitações das condições oferecidas para o desenvolvimento dos trabalhos.

A simulação de planeamento estratégico realizada pelo *Oficinas*, também sob as palavras-chave *património* e *desenvolvimento*, tem dois polos opostos por entre os seus seis temas *oficinas*, ambos com um alcance holístico e métodos inter e transdisciplinares, mas propósitos operacionais absolutamente diversos. Se a oficina *Estratégias para o desenvolvimento sustentável da Ilha* esteve diretamente à procura da formulação clara de ações que podem/ devem ser inscritas em planos de ação estratégica com perfis de gestão integrada, a oficina *Centro de Interpretação de Muhipiti* [CIM], teria de procurar orientações para estabelecer esse centro como uma plataforma de diálogo privilegiado e permanente sobre a Ilha entre todos os agentes e as partes interessadas no local. Esperamos que seja claro que eles são absolutamente complementares, mas se podemos assumir que a missão e resultados da primeira não precisam de explicação além do seu próprio relatório, o mesmo não acontece com a segunda.

A criação do CIM foi empreendida como uma decisão chave no âmbito da agenda do CEDIM/UniLúrio. Não é algo inspirado em museus ou similar, mas numa estrutura dinâmica que deverá ter como principal objetivo um diálogo permanente com a população da Ilha. Interpretação da e para a população, não um centro de boas-vindas ou explicação para os visitantes. Claro que, se os conteúdos se tornarem reais, atualizados, considerados fidedignos pela população, tornar-se-ão também a mais preciosa concentração de dados sobre a Ilha para os visitantes. Será uma estrutura polinuclear articulada com as mais diversas expressões culturais, dos grupos de *tufo* ao Museu da Ilha. Está-se a trabalhar na definição do *layout* e conteúdos do primeiro espaço, que se espera abrir até ao fim de 2018, substituindo na sala do CEDIM a exposição dos resultados do *Oficinas*, agora montada no edifício Municipal. Mas algum material da futura exposição já lá está. Refiro-me às duas maquetas que o *Oficinas* construiu antes e durante o evento, uma da Ilha à escala 1:1.000, outra da Fortaleza de São Sebastião à escala 1:200. Estes processos de construção foram também um levantamento e uma investigação, e a sua oferta à Ilha foi muito bem recebida no compromisso da UniLúrio com a Ilha e o seu desenvolvimento.



Regresso ao tema da oficina *Estratégias para o desenvolvimento sustentável da Ilha* para justificar e apresentar a inserção pós-evento de uma outra oficina, a *Marca-lugar Muhipiti* que, como antes aponteí, é uma emanção da produção do evento. Com efeito, desde o início dedicámos algum cuidado à criação de uma imagem-marca para o *Oficinas*, que não só lhe desse visibilidade, como contribuísse para a sua coesão e coerência. Era inevitável que, mais cedo ou mais tarde, esse trabalho, num contexto global mais vanguardista de orientações estratégicas para o desenvolvimento urbano sustentável, acabasse por impor o esboço de uma proposta para a criação de uma estratégia de *marca* para a Ilha que, não só a projete para o exterior, como estructure e oriente internamente a sua fruição. Resolvemos desafiar a equipa que nisso trabalhou, constituída por moçambicanos que residiram e bem conhecem a Ilha, a usar produzir um registo que possa desencadear a concretização de mais esse desígnio estratégico, o que publicamos no fim desta parte do livro. A opção de manter a designação *Muhipiti* nesse ensaio é das coordenações do evento e deste livro, o que é explicado no início desse texto.

As outras quatro oficinas tiveram escopos mais concretos e áreas de intervenção delimitadas. A do *Espaço público* e do *Plano para centro comunitário na faixa central da Ilha* abordaram os espaços públicos (sempre uma questão de grande relevância numa estrutura urbana) e as do *Plano diretor da refuncionalização da fortaleza* e *Casas de macuti* (para programas específicos de construção). Ambos os pares denunciam a divisão estrutural do *layout* da Ilha entre a *cidade de pedra e cal* e a *cidade de macuti*. Embora isso se tenha esvanecido étnica e racialmente, continua a ser formal e urbanisticamente claro, como o é no dia a dia da última, uma área urbana viva sob um enorme e inevitável processo de transformação, não apenas pela pobreza dos seus habitantes, mas principalmente pelo seu *layout* colonial de *cidade dos não cidadãos*, com toda a falta de infraestruturas básicas que daí resultaram. A *cidade de pedra e cal*, em tempos o lugar dos negociantes, comerciantes e ocupantes coloniais, é hoje um equilíbrio entre a sede dos órgãos públicos, equipamentos turísticos e uma grande quantidade de ruínas e edifícios vazios. Apenas uma pequena parte da população aí vive, em muitos casos em piores condições do que a da *cidade de macuti*.

A oficina do *Espaço Público* foi dotada da liberdade de selecionar os espaços de intervenção à medida que melhor os identificasse, levando em consideração três aspetos: a) casos de estudo eleitos de ambas as áreas; b) estabelecimento de conexão com outros projetos de espaços públicos da Ilha (como o que está a ser implementado pelo Conselho Municipal em conjunto com o *Cluster da Cooperação Portuguesa para Moçambique*, entre o mercado de Nália e o Paiol); c) o *Estudo Preliminar sobre Espaços Públicos da Ilha de Moçambique*, elaborado em 2011 pelo Centro de Estudos do Património Mundial da Faculdade de Design da Universidade de Minnesota. O trabalho desenvolvido por esta *oficina* levantou um conjunto considerável de problemas e, mais do que soluções atuais, sugere alguns métodos de abordagem e soluções-tipo. Seria impossível apresentar uma proposta estabilizada dentro da enorme variedade de problemas e extensão da área estabelecida entre a Fortaleza de São Sebastião e o limite construído no norte da *cidade de pedra e cal*.

A missão da oficina *Plano para centro comunitário na faixa central da Ilha* passava por redesenhar ou, melhor, reestruturar a área urbana, uma vez que se trata da praça-jardim situada entre o hospital, o litoral oeste, o limite norte da *cidade de macuti* e o limite sul da *cidade de pedra e cal*, hoje ocupada com uma escola semiarruinada, restaurantes-cabana, entre outras coisas. Não obstante a realidade caótica, continua a ser o espaço público preferido para os encontros informais dos habitantes, mas também para reuniões políticas, festas comunitárias, etc. O simbolismo e monumentalidade do edifício hospitalar e do espaço público como conexão entre as duas *idades*, serão certamente razões para isso. Esta *oficina* desenvolveu um estudo profundo sobre o significado da comunidade e da identidade do espaço, novas funções desejáveis e cenários de desenho urbano. O mote não passava por um programa de construção, mas o potencial formal e simbólico para um espaço público como centro da cidade.

Conforme mencionado anteriormente, a instalação da nova faculdade da UniLúrio na Ilha ocorreu em instalações provisórias. É por isso que o lugar definitivo, a Fortaleza de São Sebastião, apesar de algumas intervenções de conservação feitas há alguns anos sob projeto de José Forjaz e financiamento japonês, não prova ser ajustada nem sustentável para uso. Há pouco tempo, a Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico

da UniLúrio elaborou um projeto de reutilização que tem um grande problema: é de execução extremamente dispendiosa. A missão com a qual a respetiva *oficina* lidou consistiu em tomar como ponto de partida todos os projetos anteriores e cumprir os requisitos de conservação do património, propor soluções exemplificativas para uma execução de baixo custo e especialização, permitindo promover um regime ritmado de pequenas empreitadas entregues a pequenas empresas da região. Além de permitir à UniLúrio lidar com o problema, uma ação com essas características promoverá o desenvolvimento sustentável da construção, economia e emprego locais. As suas propostas contemplaram ainda o estabelecimento no complexo da fortaleza de outras atividades e a reversão de alguns erros de conservação perpetrados durante as últimas intervenções.



Tal como a anterior, a encomenda à oficina *Casas de Macuti* partiu diretamente da implantação da nova Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UniLúrio na Ilha. A ideia inicial foi estudar soluções que, simultaneamente, verificassem três pedidos: a) melhorar consideravelmente as condições de vida; b) conservar, em desenvolvimento, o *layout* e os materiais tradicionais, garantindo intervenções de baixo custo e feitas pelos

próprios; c) criar condições para hospedar um estudante universitário e, com isso, adicionar alguma ajuda financeira ao habitual magro orçamento familiar. Não surpreendentemente, cada um desses pedidos desencadeou muitos outros e nós acreditamos que, mais do que propostas definitivas, a equipa criou um mapa metodológico para os investigar. Dentro da abordagem sintética a que aqui me submeto, é necessário evidenciar que o *macuti* se encontra em rápida transformação, constituindo o principal ponto de atrito entre os peritos de património com uma posição mais conservacionista e a população. O que me leva diretamente a algumas notas finais.

3. NOTA FINAL E PESSOAL



Na África Austral, os conceitos e métodos de conservação do património nascidos no Ocidente raramente chocam com situações como a que encontramos na Ilha de Moçambique. Não há dúvida de que a inscrição na Lista do Património Mundial há cerca de um quarto de século, evitou a perda dos seus valores culturais mais significativos. Esse marco foi alcançado devido ao empenho de alguns moçambicanos e das autoridades moçambicanas ao mais alto nível. Com o final da Guerra Civil, em 1992, a Ilha iniciou um lento processo de desocupação, pois o continente oferece mais terra e liberdade de instalação. Mas muitos mantiveram-se e a tímida atualização económica da última década incentivou-os a melhorar as suas condições de vida. Ninguém pode ser culpado por isso. Simultaneamente, a beleza da cidade-Ilha e da Baía de Mossuril atrai gradualmente mais visitantes e surgem novas infraestruturas. É também um processo não reprovável.

Ambos os processos (a melhoria das condições de vida e o desenvolvimento da indústria do turismo), se não harmonizados dentro de um processo integrado de planeamento e gestão com um maior/holístico alcance, levarão certamente à perda dos valores que desencadearam tudo isso. Por outras palavras, não são sustentáveis. Poderia listar mais algumas ações de melhorias não reprováveis em curso nesse território que não são sustentáveis. Poderia também fazer uma lista de dificuldades que devem ser ultrapassadas para permitir

a implementação de iniciativas de planeamento (corrupção, falta de pessoal especializado em qualquer órgão público com jurisdição de gestão urbana, falta de estatística/recenseamento, etc.), mas quero apenas destacar a inexistência do levantamento cadastral e do registo, crucial para a gestão urbana, incluindo um sistema de receita fiscal pelo qual os órgãos públicos poderiam não só financiar os seus investimentos, mas também fomentar a adoção das suas políticas. Desde a independência moçambicana, em 1975, nunca a Ilha, ponto focal na sua identidade e coesão, esteve tão ameaçada de descaracterização como agora. Todavia os mesmos motivos levam-me a argumentar que é também uma oportunidade estimulante para se tornar um lugar sustentável, resiliente e desenvolvido (os 3 lemas do *Sustainable Development Goal 11* e da *New Urban Agenda*), excelente para viver, descansar e estudar. A universidade tem agora uma enorme responsabilidade nessa mudança. Não só é o mais recente ator público da Ilha, como também possui o conhecimento e a independência necessários para agitar as partes competentes e interessadas, para reverter a restrição das ações inertes de conservação em políticas de planeamento estratégico com uma visão holística. Aliás, recorrendo ao modelo de várias experiências (algumas próximas) bem sucedidas, a UniLúrio tem todas as condições para criar um serviço local de planeamento estratégico e de apoio direto de projeto aos habitantes menos favorecidos. Na realidade o *Oficinas* só pode ter sido um momento inicial e, como se diz em Moçambique, *estaremos juntos!*